

Exmo Senhor
Presidente da Fundação para a
Ciência e a Tecnologia
Professor Doutor Miguel Seabra
Av. D. Carlos I, 126
1249-074 LISBOA

Lisboa, 18 de Janeiro de 2013

Exmo. Senhor Presidente da FCT

Professor Doutor Miguel Seabra,

Escrevo-lhe na qualidade de Presidente da Associação Portuguesa de Antropologia (APA), e em nome da sua Direcção, para expor um conjunto de preocupações a respeito dos efeitos perversos de algumas decisões que têm vindo a ser tomadas, no actual clima de austeridade, pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Creio que não será necessário, no momento e na conjuntura presente, acrescentar argumentos às posições já repetidas vezes expressas por diversas entidades, desde o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas à Associação dos Bolseiros de Investigação Científica, acerca dos efeitos nefastos dos cortes orçamentais sobre a qualidade do ensino universitário e da produção científica em Portugal. Esses efeitos são por demais evidentes, manifestando-se quer na degradação das condições de ensino, quer no cancelamento de programas e projectos de investigação, quer, ainda, e de maneira muito preocupante, no crescente número de investigadores (portugueses e estrangeiros a trabalhar em Portugal) que se vêem forçados a procurar o seu sustento e condições de trabalho adequadas em universidades e centros de investigação no estrangeiro. Não se trata apenas de uma “fuga de cérebros”, como a que desde há muito tempo caracteriza os países da periferia: trata-se, antes, do desmantelamento repentino de estruturas que foram sendo, com muito esforço, construídas e consolidadas ao longo das últimas décadas e que, em muitas áreas, tinham alcançado um nível de excelência internacionalmente reconhecido. Neste contexto, a antropologia não constitui excepção.

Num contexto como este, em que os cortes orçamentais implicam uma inevitável contracção da actividade científica, torna-se ainda mais necessário precaver contra algumas consequências que talvez não tenham sido antecipadas. Entre estas poderia aqui mencionar o risco de alguns campos de investigação científica serem gravemente prejudicados pela adopção de critérios de avaliação administrativamente convenientes mas sem fundamento científico. No último concurso da FCT para o recrutamento de 80 investigadores, por exemplo, os candidatos foram obrigados a definir o seu campo de investigação em termos da classificação simplificada

adoptada pela OCDE na última versão do chamado “Manual Frascati”. Nesta classificação simplificada, a antropologia não aparece nem como campo principal nem como secundário, estando englobado no campo 5.4, denominado “sociologia”. Esta classificação é desprovida de sentido, e a própria OECD reconheceu, em carta de 18 de Junho de 2010 dirigida ao Presidente do World Council of Anthropological Associations, que a classificação era “*potentially misleading*” e que seria devidamente corrigida. Seria bom que a FCT seguisse o seu exemplo.

Uma das consequências desta simplificação administrativa é a falta de atenção às especificidades de cada uma das disciplinas científicas. Na última revisão do Estatuto do Bolseiro, por exemplo, e nos critérios que têm vindo a ser adoptados pela FCT, os prolongados períodos de observação no terreno que caracterizam a investigação antropológica foram equiparados às estadias em universidades estrangeiras que fazem parte de qualquer formação post-graduada de nível internacional, tendo sido sujeitos às mesmas restrições que foram aplicadas a estas últimas. Desnecessário será sublinhar que tais medidas correm o risco de inviabilizar a investigação em antropologia, com consequências que decerto ainda não foram devidamente tidas em linha de conta pela FCT.

De resto, a implementação dos cortes orçamentais por parte da FCT tem vindo a revelar uma evidente, mas nunca explicitada – e muito menos justificada – discriminação contra determinadas áreas do saber, e em particular algumas ciências sociais onde a investigação portuguesa tem vindo a conquistar um invejável prestígio internacional. Não se vislumbram critérios de excelência que possam justificar, por exemplo, a marginalização da antropologia, bem como da sociologia, no recente Concurso Investigador FCT 2012.

Considero, assim, ser necessária uma ponderação cuidadosa das consequências de decisões que estiveram, e vierem, a ser tomadas na implementação da política de austeridade adoptada pelo actual governo. Neste sentido, venho pela presente solicitar a marcação de uma reunião com vista ao esclarecimento destas e de outras questões que afectam a investigação antropológica em Portugal.

Com os melhores cumprimentos,

Robert Rowland

Presidente da APA